



O embate entre sujeito-mulheres no Brasil contemporâneo: uma análise bakhtiniana

The clash among subjects-women in contemporary Brazil: a bakhtinian analysis

El embate entre sujeto-mujeres en el Brasil contemporáneo: un análisis bajtiniano

Antonio Luiz Assunção
aassuncao61@gmail.com

Rafael Junior De Oliveira
rafaeljuniorlavras@yahoo.com.br

Resumo

A última pesquisa de dados publicada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2018 apresentou um índice de desigualdade entre homens e mulheres no Brasil alarmante, principalmente por essa desigualdade se manifestar dentro e fora de casa. Nesse contexto, o governo brasileiro lançou em 2016 o projeto *Criança Feliz*, que, por sinal, provocou diversos debates entre os políticos à época, dentre eles: firmou-se um embate político notável entre a ex-deputada federal Manuela D'ávila, que concorreu à vice presidência do país em 2018, e a ex-primeira dama Marcela Temer, designada para ser a líder do programa. Esse embate culminou com a publicação feita pela ex-deputada federal de uma carta aberta no dia 7 de outubro de 2016, na rede social Facebook, logo após o lançamento do programa *Criança Feliz* ser feito pela ex-primeira dama. Buscamos investigar nos dizeres da carta em relação aos dizeres do site do programa governamental, especificamente, como se constituem e se enfrentam dois *sujeitos-mulheres* diferentes. A metodologia utilizada é de cunho descritivo-interpretativo e visa explorar, especificamente, a arena na qual se constituem os signos ideológicos sobre o *ser-evento-mulher* e a disputa de sentidos. Portanto, o nosso objetivo é analisar como se constituem tais representações do *ser-evento-mulher* por meio dos *signos ideológicos* e como um *signo* se (co) relaciona com o outro. Por fim, o referencial teórico que embasa esse trabalho é constituído a partir das reflexões do Círculo de Bakhtin, em especial, Volóchinov (2017), no qual se discute o conceito de *signo ideológico*.

Palavras-chave: Círculo de Bakhtin, carta aberta, mulher.

Abstract

The last data research published by IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), in 2018, presented an astonishing index of social inequality among men and women in Brazil, mostly because this social inequality also manifest inside and outside home. In this contest, the Brazilian government launched in 2016 the *Criança Feliz* project, which, incidentally, provoked several debates among politicians at the time, among them: a notable political clash was established between former federal deputy Manuela D'ávila, who ran for the country's vice presidency in 2018, and former first lady Marcela Temer, designated to be the program's leader. This clash culminated in the publication by the former federal deputy of an open letter on October 7, 2016, on the social network Facebook, shortly after the launch of the *Criança Feliz* program was made by the former first lady. We seek to investigate in the speeches of the open letter, correlating with the speeches of the government program website, specifically, how two different *being-women* are constituted in a conflictual manner. The methodology used is of descriptive-interpretative nature, aiming to explore, specifically, the arena in which constitutes the *ideological signs* about *being-women* and the dispute of meanings. Therefore, our objective is to analyze how such representations of the *being-woman* are constituted through *ideological signs* and how one *sign* are correlated to another. At last, the theoretical language approach used is constituted based on the Circle of Bakhtin reflections, specifically, Volóchinov (2017) in which are discussed the concept of *ideological sign*.

Keywords: Circle of Bakhtin, open letter, woman.



Resumen

La última encuesta publicada por el IBGE (Instituto Brasileño de Geografía y Estadística) en 2018 presentó un alarmante índice de desigualdad entre hombres y mujeres, principalmente por esa desigualdad manifestarse dentro y fuera de casa. En ese contexto, el gobierno brasileño lanzó en 2016 el proyecto *Criança Feliz* que, por cierto, provocó debates entre los políticos en la época, a saber: se firmó un notable embate político entre la exdiputada federal Manuela D'ávila, que fue candidata a la vicepresidencia de Brasil en 2018, y la ex primera dama Marcela Temer, asignada para ser la líder del proyecto. Ese embate culminó en una publicación hecha por la exdiputada de una carta abierta el día 7 de octubre de 2016, en la red social Facebook, poco después de la ex primera dama lanzar el programa *Criança Feliz*. Buscamos investigar en los decires de la carta con relación a los decires del sitio del programa gubernamental como se constituyen y se enfrentan dos *sujetos-mujeres* distintos. La metodología utilizada es de cuño descriptivo-interpretativo y objetiva explorar la arena en que se constituyen los *signos ideológicos* sobre el *ser-evento-mujer* y la disputa de sentidos. Así, nuestro objetivo es analizar cómo se constituyen tales representaciones del *ser-evento-mujer* por medio de los *signos ideológicos* y cómo un signo se (co)relaciona al otro. Finalmente, el referencial teórico que apoya esa pesquisa es constituido a partir de las reflexiones del Círculo de Bajtín, especialmente Volóchinov (2017), en el que se discute el concepto de *signo ideológico*.

Palabras-clave: Círculo de Bajtín, carta abierta, mujer.

Introdução

O governo brasileiro lançou em 2016 o programa *Criança Feliz*, que, por sinal, provocou diversos debates entre políticos, especialistas em educação, sociólogos etc. Dentre eles, firmou-se um embate político notável entre a ex-deputada federal Manuela D'ávila, que concorreu à vice presidência do país em 2018, e a ex-primeira dama Marcela Temer, designada para ser a líder do programa. Esse embate culminou na publicação de uma carta aberta, feita por Manuela, no dia 7 de outubro de 2016, na rede social Facebook, logo após o lançamento do programa ser feito pela ex-primeira dama.

No presente artigo, buscamos investigar como se constituem e se enfrentam dois *ser-evento-mulher* diferentes a partir de uma carta aberta do *sujeito-mãe* Manuela D'ávila, que refuta, no transcorrer da carta, posições e valores defendidos pela primeira dama do Brasil à época, outro *sujeito-mãe*. Para tanto, analisamos como e em que lugar social são representados os *sujeitos-mulheres* na carta aberta, que entendemos ser uma *resposta* à fala de Marcela Temer na inauguração do programa *Criança Feliz*.

Vale dizer que, apesar de interessantes, comentários e compartilhamentos da carta não serão abordados nesse trabalho, o que parece-nos ser uma oportunidade para estudos futuros acerca da mesma carta aberta.

Este recorte parece-nos necessário diante da cadeia ou *corrente enunciativa multidirecional* que a carta estabelece com outros dizeres e, além disso, a metodologia utilizada é de cuño descriptivo-interpretativo, visando explorar, especificamente, a arena na qual os



sentidos disputam um lugar valorativo, sendo que nesse caso, inclusive, a arena é o próprio corpo e a relação desse com seus filhos(as).

Sendo assim, o objetivo neste trabalho é analisar os *dizeres e as relações* presentes na carta e seus movimentos na construção de *signos ideológicos*.

Por fim, o referencial teórico que embasa esse trabalho se constitui a partir das reflexões do Círculo de Bakhtin, em especial, Volóchinov (2013, 2017), que se discute e (re)apresenta o conceito de *signo ideológico*.

1. Do *corpus* aos procedimentos metodológicos

O *corpus* escolhido é carta aberta escrita no dia 7 de outubro de 2016 pela deputada estadual Manuella D'Ávila. A carta foi publicada na rede social Facebook e conta, até o presente momento de redação desse artigo, com mil e quinhentos comentários e nove mil e novecentos compartilhamentos.

A escolha de *corpus* decorre dos recentes índices do IBGE (2018), que mostram uma diferença considerável entre o *ser-mulher* e o *ser-homem* na segunda década do séc.XXI no Brasil. Esses dados, que serão apresentados no referencial teórico em virtude da reflexão discursiva acerca do *ser-mulher*, justificam não só esse trabalho, como também demandam de outras áreas como a sociologia, a economia, a geografia etc., um esforço para se debater tais desigualdades acerca dos *sujeitos-mulheres*, cada qual com suas ferramentas e procedimentos teórico-metodológicos.

Entendendo, sob pressupostos bakhtiniano, que a carta é uma *resposta* ao lançamento do programa *Criança Feliz*, coordenado pela ex-primeira dama do Brasil, Marcela Temer, buscamos analisar na carta como se constitui(em) o(s) *signo(s) ideológico(s) ser-mulher*, que refletem e refratam realidades outras. Para tanto, seguimos dois procedimentos metodológicos: 1) Recortamos a partir dos dizeres da carta, especialmente os verbos e advérbios, quatro relações verbo-discursivas: poder/não-poder trabalhar, seguir/não-seguir CLT, precisar/não-precisar de vaga em creche, possuir/não-possuir tempo para cuidar dos filhos; e 2) Analisamos como esses poderes constituem o *sujeito-mulher* em um lugar e não em outro, identificando como a produção de sentido constitui *signos ideológicos* para esse *ser-mulher*.



Deste modo, esta pesquisa é qualitativa e de caráter *descritivo/interpretativo*, cujo objetivo final é promover uma reflexão acerca da constituição/embate dos *sujeito-mulher* na carta aberta de Manuella D'Ávila.

A última escolha metodológica que realizamos é a apresentação da carta no final do texto, em anexo, visando, durante a análise, podermos citar, precisamente, as linhas nas quais se efetivam mais especificamente a análise.

2. Um olhar bakhtiniano para a mulher enquanto *ser-evento*

A presente discussão se sustenta no campo da filosofia bakhtiniana de linguagem. Trata-se de um grupo de pensadores/pesquisadores russos que se reuniram durante a primeira metade do séc. XX para debater assuntos que envolviam a linguagem/sujeito/sociedade em diversos campos, como: filosofia, literatura, biologia, música, etc. Dentre as diversas obras, utilizamos neste trabalho, especificamente, a discussão feita por Volóchinov (2013 [entre 1925 e 1930], 2017 [1929]) acerca *do signo ideológico*.

A discussão feita pelo autor, membro do Círculo de Bakhtin, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, busca questionar e refletir sobre as premissas que fundamentam duas correntes linguísticas que movimentaram o campo da ciência da linguagem no séc. XX. O autor nomeia essas duas tendências como *subjetivismo idealista* e *objetivismo abstrato*, sendo Karl Vossler um representante da primeira, e o curso de linguística geral representante da segunda.

Essa contextualização é necessária para compreendermos como o Círculo de Bakhtin (doravante CB) conceitua língua/linguagem, pois a análise aqui proposta se respalda especificamente nessas discussões. Contrapondo-se à segunda tendência linguística, o filósofo russo parte da língua em uso para conceber o funcionamento da linguagem e questiona, por exemplo, o corte sincrônico proposto pelo *objetivismo abstrato*. Segundo Volóchinov (2017), o corte sincrônico não encontra sustentação na realidade histórica da contínua constituição da língua, pois impede que se identifique o *movimento* ou o processo de (re)constituição no qual a língua se encontra. Para o autor, é justamente o corte sincrônico que permite afirmar “*a realidade e a objetividade imediatas da língua como sistema de formas normativas idênticas*” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 176). No entanto,

A consciência subjetiva do falante não trabalha com a língua como um *sistema de formas normativas e idênticas*. Esse sistema é apenas uma abstração, obtida mediante



um trabalho realizado com uma certa orientação cognitiva e prática. O sistema é um produto de reflexão sobre a língua, sendo que essa reflexão de modo algum é realizada pela consciência do próprio falante e está longe de visar à fala imediata (VOLÓCHINOV, 2017, p.176-177, *grifo nosso*).

A consciência do falante não só é subjetiva, mas é também intersubjetiva, pois só se constitui na relação com o outro, em um *território social*. Nesse sentido, as “formas idênticas” são incapazes de se sustentarem com base na concretude do *enunciado*¹, pois ao dizer, o sujeito estabelece uma relação com seu interlocutor, *respondendo-o* e *antecipando-o* uma resposta, logo estabelece tais formas, no plano do sentido, como irrepetíveis, condicionadas ao momento da enunciação, ou seja, estão (inter)ligadas ao momento em que o sujeito estabelece uma relação com outro no seu dizer. Concordamos com o autor, pois “O que importa para o falante é aquele aspecto da forma linguística graças ao qual ela pode aparecer em um contexto concreto, graças ao qual ela se torna um sinal adequado nas condições de uma situação concreta” (VOLÓCHINOV, p.177).

É seguindo esse raciocínio que o autor diferencia *sinal* de *signo*. Para o autor, o sinal é a *uma etapa* do processo de construção do *signo*, que é mutável flexível. No sinal, há apenas o reconhecimento, enquanto a compreensão está no plano do *signo*, da produção de sentido. Didaticamente, o autor cita o exemplo de uma foice e de um martelo, ambos instrumentos do dia a dia laboral de camponeses russos nos séc. XIX e XX. Os dois instrumentos são sinais, porém, ao serem colocados lado a lado em uma bandeira vermelha, hasteada em um discurso fervoroso que exigia mudanças na organização da sociedade russa de 1917, se tornaram *signo*. Esse processo de *significação* não se dá apenas pela união de uma forma linguística a outra, mas pelo embate ideológico presente na sociedade na qual o *signo* foi e está sendo continuamente (re)elaborado. O signo comunismo² da revolução russa de 1917, por exemplo, não é o mesmo signo do partido comunista brasileiro, aliás, não é nem o mesmo signo do partido comunista russo de 2020. O *signo ideológico*, enquanto materialização do embate de no mínimo duas ideologias, é constituído tanto no tempo, quanto no espaço, sendo que ambos aspectos constituem e são constituídos pelo social.

¹ O conceito de enunciado refere-se, no campo bakhtiniano, ao processo no qual um sujeito, ao dizer, retoma um dizer (passado) e suscita outro dizer (futuro), ou seja, é um processo (*elo*) no qual o sujeito se constitui com base em duas memórias: memória de passado (retomada) e memória de futuro (antecipação/suscitação do dizer do outro). Além disso, cabe salientar que, no campo bakhtiniano, esse processo de enunciar verbal deve ser (inter)ligado com a orientação social do enunciado, seu auditório social e com as semioses não-linguísticas, que também participam da produção daquele enunciado, isto é, da sua *enunciação*. Esse fato é corroborado, inclusive, pelo uso do mesmo termo em russo para enunciado e para enunciação. (VOLOCHINOV, 2013)

² O mesmo mecanismo *espaço-temporal* (Bakhtin, 2018) constitui outras denominações políticas enquanto signo ideológico, vide (OLIVEIRA, CASTRO-DIAS, VILLARTA-NEDER, 2020).



No ensino de língua estrangeira, por exemplo, quando feito com base em uma metodologia que envolve a língua em uso, por meio de práticas sociais, não há sinal(is), do ponto de vista do aprendiz, pois lhe é apresentado uma mesma forma linguística em situações imediatas de falas diferentes, logo fica claro que a produção de sentidos se dá na língua em uso. Em um nível basilar, porém, todo *signo* é composto por um ou mais *sinais*, pois o fato de ser signo não está na materialidade em si, mas no processo de *compreensão* realizado pelos sujeitos.

O *signo* escolhido como categoria de análise para este trabalho é o *ser-evento-mulher*. Pensar esse *sujeito-mulher* enquanto construção *signica*, já é deslocar este sujeito para um plano de disputa ideológica, algo mutável, flexível. Por ser *signo*, o *ser-mulher*³ é representado socialmente de maneiras diferentes por critérios diferentes. Tais concepções diferentes se encontram em uma *arena* para definir o que os sujeitos podem ou não fazer com o próprio corpo, com quem podem ou não se relacionar e a forma desse relacionamento.

Não podemos tratar isso de maneira simples ou relativista, pois nenhuma disputa ideológica o é. Por exemplo, nesse processo de concepção, de representação, conceituar corpos é o primeiro passo para a tomada de ações mais incisivas nesses corpos. De um ponto de vista histórico, podemos lembrar que, quando ocorre o genocídio de um grupo de pessoas, esse grupo já havia falecido simbolicamente. Esse falecimento simbólico aconteceu não só em tempos antigos, como durante a expansão dos gregos e posteriormente dos romanos, mas também em tempos recentes, como no holocausto judeu na Alemanha. Assim, parece-nos nítido que não se trata apenas de representações diferentes que convivem na sociedade, mas de projetos de controle, que em alguns casos envolvem a aniquilação do outro, feito por meio da construção de *signos ideológicos*.

Tendo em vista essa discussão acerca do *signo ideológico*, seria abstrato e objetivista questionar o que é ser mulher, por no mínimo dois motivos: 1) Se *ser-mulher*, enquanto corpo e posição no mundo, é um *signo ideológico*, logo, diferentes posicionamentos ideológicos produzem diferentes sentidos para esse ser; e 2) Fenomenologicamente, *ser-mulher* é um processo - não há dúvidas de que as mulheres de 2020 não são as mesmas de 1920, seja pelas mudanças próprias desses sujeitos (vestimentas, ocupações trabalhistas, direitos legais, possibilidades de relacionamentos etc.), seja pela mudança do sujeito que conceitua essas mulheres nesses dois períodos distintos. De uma perspectiva heraclitiana, o sujeito não

³ Utilizamos neste trabalho as nomenclatura *ser-mulher*, *ser-evento-mulher*, *sujeito-mulher*, *posição-mulher* para descrever o mesmo objeto/processo, que é constituição da mulher em dado tempo e espaço social.

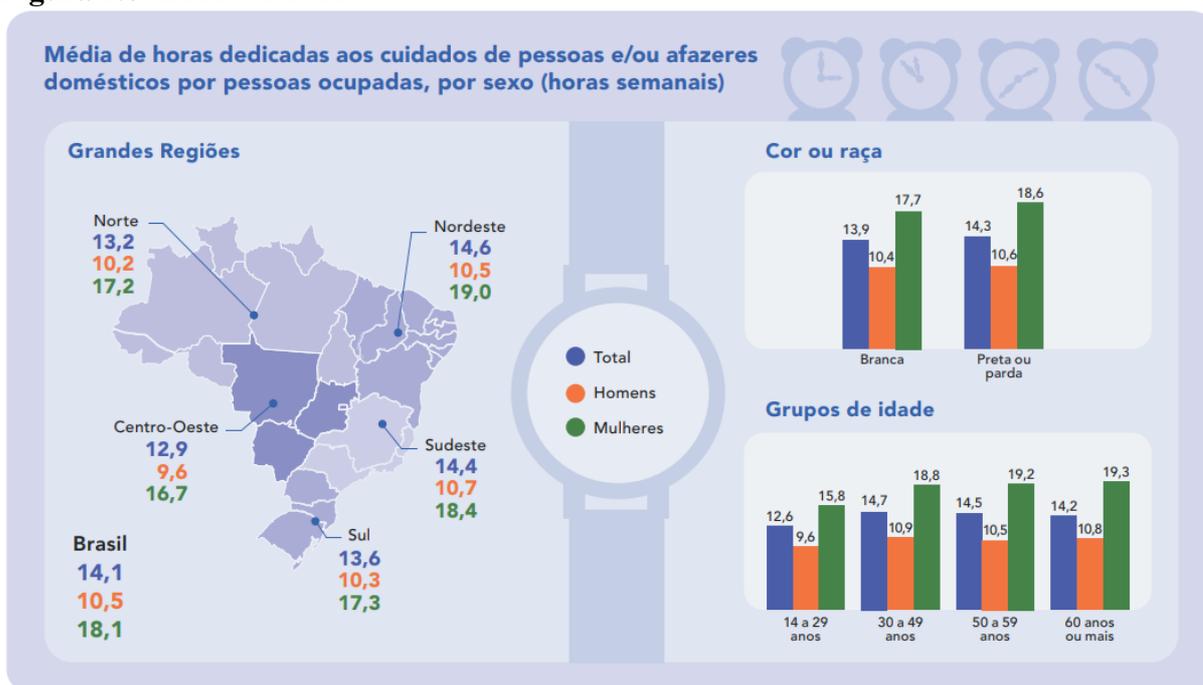


consegue se banhar em um mesmo rio duas vezes, pois não só o rio se modifica, devido a correnteza da água, como o sujeito também não é o mesmo, sua(s) ideologia(s), suas crenças, suas memórias etc. se modificam entre o primeiro e o segundo banho).

Contudo, isso não nos impede de refletir acerca do corpo e posição-mulher no mundo, especialmente se essa discussão implica em evidenciar as desigualdades que envolvem esse *ser-mulher* em relação a outros *seres*. Sob uma perspectiva bakhtiniana, basta apenas assumir como premissa que a constituição desse *ser* é um *evento*, um *coexistir*.

Assim, partindo do pressuposto de que esse *sujeito-mulher* está *sendo*, nas suas mais diversas pluralidades, podemos analisar, sob o ponto de vista dos dados estatísticos, o que significa esse estar sendo. O gráfico abaixo (fig.10), feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2016, apresenta dados importantes para nortearmos a discussão sobre o *sujeito-mulher* da sociedade brasileira na segunda década do século XXI.

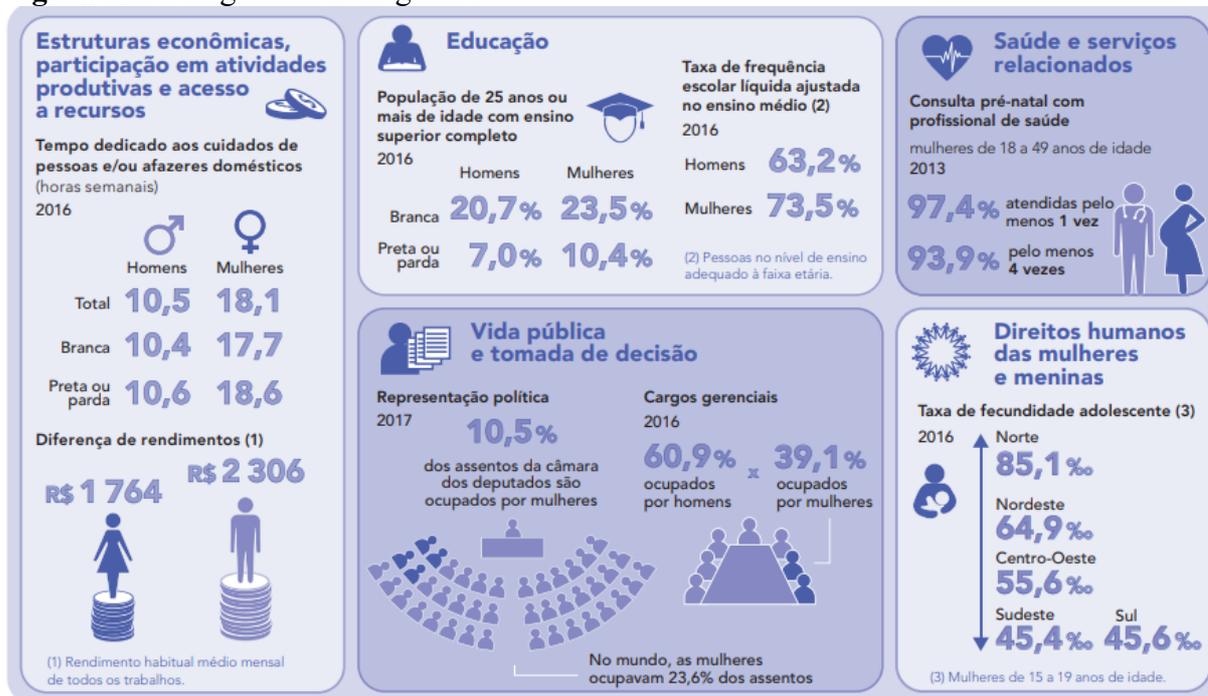
Figura 1.0: Dados estatísticos



Matematicamente, o gráfico apresenta que as mulheres gastam, no cenário brasileiro geral, cerca de 65 minutos a mais por dia nos afazeres domésticos em comparação com os homens. Esse número é ainda maior se levarmos em conta que as mulheres negras se dedicam ainda mais aos afazeres domésticos do que as mulheres brancas.

Além disso, observando outros aspectos que envolvem as mulheres, podemos constatar outras desigualdades.

Figura 1.1: Desigualdades de gênero



Fonte: IBGE (2016).

Podemos destacar a partir da figura acima três fatos: 1) As mulheres ganham menos que os homens; 2) As mulheres não ocupam os cargos com grandes salários na mesma proporção dos homens; e 3) A representatividade feminina na política é quase 90% menor do que os homens.

Esses dados, obviamente, podem ser problematizados. Por exemplo, eles não incluem ou não fica claro se o fator transexual foi levado em consideração, aspecto importante pois é onde se carece e se revelam a maior ausência de direitos. Além disso, os dados foram publicados em 2018, mas são referentes ao ano de 2016. Contudo, até o presente momento, esses são os dados oficiais mais recentes publicados pelo IBGE e norteiam as políticas públicas referentes as questões de gênero, trabalho, educação, saúde etc. da e para a mulher.

O fato de podermos fazer críticas aos dados apresentados não diminui, de maneira alguma, as explícitas desigualdades entre homens e mulheres presentes na sociedade brasileira. Desigualdades essas que refletem nas relações entre pais e filhos, especialmente entre mães e filhos já que os dados apontam que as mulheres se dedicam mais a casa e aos filhos.

Além disso, essas desigualdades infligem diretamente sob o processo de produção de sentido que, sob o ponto de vista bakhtiniano, é um *aconteSer* entre sujeitos (BUBNOVA, 2011), em uma dada *esfera de atividade humana* (política, jurídica, científica, religiosa etc.) (BAKHTIN, 2016) e em um singular *cronotopo* (*tempo-espaço*) (BAKHTIN, 2018).



O programa *Criança Feliz*, sob tutela da primeira dama à época, Marcela Temer, pretendia sanar a falta de cuidados com as crianças na primeira infância (de 0 a 6 anos), decorrentes dessas desigualdades sociais, criando funções trabalhistas, como os visitantes por exemplo, que deveriam auxiliar as famílias nos cuidados com as crianças. Isto mostra que o governo da época, mesmo com os dados do IBGE em mãos, elaborou, via decreto, o programa Criança Feliz de uma forma e não de outra, revelando não só a representação de *mulher* para o governo Michel Temer, mas também a *compreensão/avaliação* dos dados estatísticos publicados antes do lançamento do referido programa. De uma forma ou de outra, o ponto importante é que essas desigualdades, já discutidas há décadas, tiveram como *resposta* o programa em questão.

Essa *atitude* de resposta também está presente nos *dizeres* da carta aberta da ex-deputada Manuella D'ávila à primeira dama, que analisaremos a seguir.

Antes de iniciarmos a análise, é importante demonstrar que a questão do gênero discursivo *carta aberta* é importante, não podemos, em uma perspectiva bakhtiniana, analisar a construção de um *signo ideológico* fora das práticas sociais. Porém, também por questão de se tratar de um artigo e por motivo de recorte, o empreendimento cuidadoso no gênero discursivo *carta aberta* e no seu funcionamento na sociedade contemporânea, permeada pelas mídias digitais, fica como proposta para trabalhos futuros. Para fins bibliográficos, tal estudo acerca do gênero carta aberta é realizado por Oliveira e Zanutto (2017), sob uma perspectiva de linguística aplicada, analisando a carta aberta de maneira concisa e objetiva. Destacamos, contudo, que a aposta feita pelos autores no conceito de “amalgama cognitivo”, de Breton (1999), parece retirar do *sujeito-leitor* sua *unicidade e responsabilidade* (BAKHTIN, 1993) na interação com um gênero discursivo, visto que fica a cargo da publicidade, com suas variadas ferramentas, manipular os *sujeitos-leitores* em favor dessa ou daquela ideia.

3. A carta aberta e seu processo responsivo

Partindo do pressuposto de que os discursos institucionais, sobre a primeira infância por exemplo, se fazem passar como ostentadores de verdades universais, não-históricas, como afirma Nascimento (2015), é de se esperar que o *enunciado* seja dito por um sujeito tendo uma *orientação social* bem definida.



O primeiro passo é identificar em que *esfera de atividade* o texto em questão se encontra e circula. Trata-se de uma carta publicada em 2016 em uma mídia social – o Facebook. Nessa plataforma, há um conflito entre público e particular, pois uma pessoa pública, um deputado por exemplo, pode ter uma conta ou perfil na plataforma. As relações nessa plataforma digital demonstram uma nítida publicização de informações outrora particulares, como a divulgação de fotos, localizações, informações pessoais etc. Cria-se, por meio do stories, uma narrativa sobre a vida do próprio usuário, o que antes do advento e popularização dessas mídias era feito por meio dos diários e dos álbuns de fotos da família. Esses aspectos situacionais são caros para analisarmos as condições que envolvem a enunciação da carta aberta da ex-deputada Manuela D’Ávila à ex-primeira dama, Marcela Temer.

De modo inicial, trata-se do gênero discursivo *carta aberta*, muito popular no jornalismo. A descrição desse gênero encontra-se com mais propriedade em Oliveira e Zanutto (2017), mas lembramos Bakhtin (2016[1979]) já defendia que os *gêneros discursivos* são um *conjunto de enunciados relativamente estáveis*, ou seja, não são imutáveis ou fixos. A carta encontra-se na íntegra nos anexos desse artigo.

Podemos dizer, com base na materialidade linguístico-discursiva, que a carta contém um endereçamento no início (linha 4) e possui uma assinatura no final (linha 53), além da autora se dirigir diretamente ao seu leitor/destinatário. O texto em questão possui essas características composicionais, mas vamos nos ater ao funcionamento dessa materialidade linguístico-discursiva enquanto meio de produção de sentido.

O primeiro elemento linguístico-discursivo (Cara Marcela), já mencionado acima, constitui os sujeitos em determinados *lugares sociais*, pelo menos de modo inicial. O termo instaura uma relação formal entre os dois sujeitos, no caso, Manuela e Marcela, porém não se pode ir muito além dessa consideração, visto que o termo “Cara” pode ser utilizado por uma empresa, associação, universidade etc. para se dirigir a um funcionário, cliente, colaborador etc. Por outro lado, a utilização desse termo, juntamente com o substantivo Marcela, constitui um movimento dialético que indicia, por exemplo, que a carta pode oscilar entre o padrão formal e informal no que toca a sua linguagem. Ora, a enunciativa poderia ter escolhido diversas outras nomeações, como: primeira dama, coordenadora do programa *Criança Feliz*, embaixadora do *Criança Feliz* etc.; mas optou pela escolha do nome próprio. Desta forma, o dizer em questão (linha 4) já indicia, logo de início, onde e como o *sujeito-autor* da carta irá dialogar com o seu destinatário.



Retomando a discussão sobre a plataforma digital, esse destinatário/leitor não é tão explícito quanto parece, pois a autora segue no texto os parâmetros de uma carta, mas a publicação é feita em uma mídia social, logo parece plausível afirmarmos que o projeto de dizer da carta é ser lida por outras pessoas além de Marcela. Tal aspecto é fundamental para analisarmos, de fato, qual é a *orientação social* da carta escrita por Manuela D'Ávila. Por exemplo, nas linhas 21 e 22 da carta, podemos identificar que o texto extrapola a relação *eu-tu*: “Não vou falar sobre a volta do primeiro damismo ... destinado a *ti e a todas as mulheres nesse governo golpista*” (D'ÁVILA, 2016, linha 21 e 22, *grifo nosso*). O excerto materializa que o discurso da autora está para além do destinatário Marcela, alcançando, inclusive, outras mulheres que preenchem ou já preencheram o papel de primeira dama, que segundo a autora é um papel decorativo e secundário. Temos aqui o diálogo entre dois *seres-eventos-mulheres*, principalmente o embate entre as representações para o lugar sociodiscursivo *primeira dama*. Um detalhe importante é que qualquer mulher que faça parte do governo Michel Temer, posição decorativa de acordo com a autora, é uma das destinatárias da carta em questão. Esta característica é extremamente interessante, pois fornece pistas do porquê a carta foi publicada em uma mídia social de amplo acesso e divulgação.

Ao longo do texto, podemos notar a constituição de três *seres-mulheres* diferentes: Manuela, Marcela e M.M (maioria das mulheres), o que fica explícito a partir da linha 26 da carta. A *autora-Manuela* não só destaca três posições diferentes, como atribui poderes/escolhas diferentes para cada *ser-mulher*. Haja visto que o endereçamento social do texto se constitui com base em um embate de posições ideológicas (*sujeitos*), no caso três posições distintas, parece-nos necessário analisar quais são os discursos que essas posições representam, visto que isso fornece novas elementos para analisarmos o *signo ideológico mulher*.

Como explicamos na seção 1, na presente carta, a autora utiliza tanto advérbios quando verbos para traçar os poderes e possibilidades de cada *sujeito-mulher* na sociedade brasileira. Deste modo, não há uma palavra isolada ou uma estrutura morfossintática que seja categoria de análise, até porque compreendemos que a categoria de análise mais frutífera para o campo bakhtiniano seja o *enunciado*. Diante disso, elaboramos o seguinte quadro abaixo para expressar como se constituem os *seres-mulheres* na sociedade brasileira da perspectiva da autora da carta. A numeração em frente à forma como é construída cada posição indica o trecho da carta que discute esse processo de constituição.

Quadro 1: Discursos materializados no texto a partir do ponto de vista de Manuela



	P1 (Manuela)	P2 (Marcela)	P3 (Maioria das Mulheres)
Poder 1	Escolhe trabalhar (42)	Escolhe não trabalhar (41)	Não tem escolha (44,45)
Poder 2	Não tem jornada de trabalho exaustiva (12)	Não tem jornada de trabalho exaustiva (41)	Tem jornada de trabalho exaustiva (44,45)
Poder 3	Não precisa de vaga na creche (41)	Não precisa de vaga na creche (41)	Precisa de vaga na creche (26)
Poder 4	Consegue fornecer todos os cuidados da primeira infância (7)	Consegue fornecer todos os cuidados da primeira infância (47)	Não consegue fornecer todos os cuidados da primeira infância (47)

Fonte: Autoria própria

Ao longo do texto, a autora (P1), que também representa um *ser-evento-mulher*, se coloca como privilegiada (linha 42), bem como sua destinatária mais imediata, a P2 (linha 41). Entretanto, a luta da autora se concentra em unir esforços para ajudar os outros *seres-mulheres* (P3), que não gozam dos mesmos poderes/escolhas/privilégios das posições 1 e 2. A autora faz isso por meio da descrição de algumas das condições de vidas dos *seres-mulheres* (P3). Essa crítica pode ser observada nas linhas 26, 44, 45 e 47, nas quais há uma descrição de como que as próprias condições trabalhistas impossibilitam a efetivação dos cuidados essenciais na primeira infância das crianças por parte das mulheres P3.

O que buscamos explicitar no quadro é o fator poder que, da perspectiva da autora da carta, é privilégio de certos *seres-mulheres*. Analisando detalhadamente, todos os quatro poderes estão entrelaçados um no outro, por exemplo: 1) quando a P1 decide trabalhar, mesmo não precisando, ela ainda consegue um trabalho melhor do que a P3, que devido ao trabalho mal remunerado e com carga exaustiva de trabalho, não possui os poderes três e quatro.

De um ponto de vista sociológico, um fato recente explicita como essa ausência de poder funciona na prática. Uma empregada doméstica levou seu filho de 5 anos para seu trabalho no dia 2 de junho de 2020 e o deixou com a sua chefe, sob seus cuidados. De acordo com G1 (2020), após sair por um breve momento para passear com a cachorra da família para a qual a empregada trabalhava, ela retornou e, já no elevador, foi avisada de que seu filho havia caído do nono andar. As câmeras de segurança do prédio gravaram a chefe da empregada deixando o menino sozinho no elevador, o que é proibido pelas próprias regras do condomínio. Independentemente da conclusão das investigações periciais e do julgamento do ocorrido, a



presença do menino no ambiente de trabalho é um elemento expressivo, que reforça as condições inapropriadas nas quais são submetidas as mães ou *seres-mulheres* da posição 3.

Parece-nos destacável o modo como cada posição decide agir diante de suas condições de poder. O cerne do problema é: a primeira infância é uma etapa fundamental na formação das crianças e os *seres-mulheres* de P3 não possuem as mesmas condições para realizar tal tarefa. A P1, como bem mostra o convite feito na linha 52 da carta (*vem com a gente lutar pela felicidade de nossas crianças*), *escolhe* se colocar de maneira contrária, mesmo que parcialmente, ao programa governamental coordenado pelo *ser-evento-mulher* da P2, entendendo que o referido programa não resolve os fatores que geram o problema central.

Assim, da perspectiva da P1, a volta impositiva das mães ao mercado de trabalho (com baixa remuneração e com carga horária excessiva) e ausência dos pais (companheiros) na criação das crianças são fatores que deveriam ser levados em consideração na elaboração de políticas públicas, como o programa *Criança Feliz*. Isto é, os cuidados com a primeira infância, na opinião da autora da carta, seriam bem melhor realizados pelos próprios pais das crianças, que não devem ser submetidos às condições *sem-poder/sem-escolha*.

Além disso, podemos acrescentar, com base na pesquisa feita pelo IBGE, que mesmo quando o pai está presente na criação da criança, sua participação nas tarefas domiciliares é deveras desproporcional à participação da mãe.

Compreendendo a situação de modo diferente, a P2, representada pela coordenadora do programa em questão, *escolhe* elaborar um programa que “se desenvolve por meio de visitas domiciliares que buscam envolver ações de saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos” (BRASIL, 2020), como mostra o próprio site do Ministério da Cidadania.

A P3, desigualmente, *não tem escolha*, inclusive o único momento em que ela parece ganhar voz é por meio da luta feita pela P1. Na relação com as outras duas posições e sob os quatro poderes, o *ser-evento 3* parece não possuir nem uma condição financeira adequada para fornecer os cuidados da primeira infância, nem os conhecimentos necessários para a execução desses cuidados, como a amamentação. A autora da carta deixa isso claro na linha 14, afirmando que não ouviu de uma creche que o seu leite não era o suficiente para sua filha.

É desse conflito de formas diferentes de *ser-agir* no mundo que se materializam os embates ideológicos, nos quais os elementos linguísticos podem, como nesse caso da carta, ocuparem uma posição de destaque. Na verdade, é por meio dos processos discursivos que os elementos linguísticos passam a produzir sentido. Por exemplo, na linha 30, a autora da carta questiona novamente sobre a amamentação, processo importante tanto para a mãe quanto para



os cuidados à primeira infância da criança, como demonstra (BUENO, 2013). Ora, discutir ou não discutir a amamentação tem, do ponto de vista da língua, o mesmo valor. Porém,

[...] Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* (VOLÓCHINOV, 2006, p. 96)

O caso da amamentação é apenas um dentre os diversos embates discursivos (re) existentes na sociedade brasileira, envolvendo o corpo feminino e sua avaliação enquanto *signo ideológico*. Por exemplo, em um regime totalitário, é punível conclamar uma democracia, da mesma forma que, em uma democracia, é também punível conclamar um regime totalitário, mesmo que a proporção da punição entre os dois regimes seja muito diferente.

O mesmo processo de embate ocorre com relação à discussão sobre as creches e a educação infantil (“Quero falar sobre maternidade, sobre não termos receitas, sobre criação com apego, sobre violência obstétrica, *sobre creches, educação infantil*” (D’Ávila, 2016, linha 23, *grifo nosso*)). Com relação ao “não ouvi de uma creche que era impossível armazenar leite materno ou que meu leite é fraco” (D’Ávila, 2016, linha 15-16), vale retomar o estudo feito pela pesquisadora Bueno (2013), no qual ela apresenta a importância do aleitamento materno como forma de combate de doenças, inclusive. Com relação à educação infantil, há uma discrepância de visão entre as posições 1 e 2. Haja visto que a fala⁴ da ex-primeira dama foi relativamente curta (3 minutos e 30 segundos aproximadamente) se comparada com a fala de outros membros do governo que participaram do programa Criança Feliz, citamos, resumidamente, a explicação do programa feito pelo próprio site do governo federal brasileiro:

O Programa [Criança Feliz] se desenvolve por meio de visitas domiciliares que buscam envolver ações de saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos[...] Os objetivos [são] promover o desenvolvimento humano a partir do *apoio* e do *acompanhamento* do desenvolvimento infantil integral na primeira infância[...] Cuidar, proteger, estimular e brincar são os maiores *investimentos* que podem ser feitos no início da vida. Dessa forma, indivíduos crescem mais felizes e mais equilibrados emocionalmente. Além disso, eles têm *melhor desempenho educacional* e são mais *produtivos*. (BRASIL, 2020)

Apesar do programa em questão ser uma ação do Estado brasileiro, como pede a autora da carta na linha 37, a perspectiva com relação a quem deve educar as crianças é diferente. Por mais que esteja marcado linguisticamente a função de apoio e acompanhamento, a realidade estatística (IBGE, 2018) mostra que a jornada de trabalho das mães, que trabalham, cuidam da casa e dos filhos, faz com que, como comenta a autora na carta, as crianças sejam deixadas em

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v2CIXFtAz5Y>. Acesso em: 30 jun. 2020.



creches, com vizinhos ou parentes. Deste modo, o *signo mulher* por trás de cada concepção, P1 e P2, é diferente, o que não só significa que os sentidos produzidos por cada *ser-mulher* é diferente, mas os próprios projetos para enfrentamento das desigualdades também são. O programa federal, por exemplo, não parece atuar para conscientizar as famílias sobre a *equidade* nos afazeres domésticos entre homens e mulheres ou propor melhorias como o aumento da licença paternidade, o que contribuiria efetivamente para que os pais juntamente das mães fornecessem melhores cuidados na primeira infância do bebê para um crescimento saudável.

Nesse sentido, o programa Criança Feliz parece-nos atuar na manutenção de um modelo não só de mulher, (bela, recatada e do lar), mas também de um protótipo de família, pois como fortalecer vínculo entre criança e família, se os pais trabalham a maior parte do dia? Como promover o desenvolvimento humano de uma criança em condições familiares desumanas?

Não é surpreendente, assim, dizer que, na perspectiva dos criadores do programa, o fator humano parece ser um aspecto secundário, fato que pode ser comprovado pela ausência de critérios específicos na escolha dos Visitadores (pessoas responsáveis por fazerem as visitas às famílias), bem como na *capacitação*⁵ deles. Tendo em vista as funções que esse profissional deve desempenhar, “ações de saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos” (BRASIL, 2020), era de esperar outro campo semântico no discurso do governo federal, pois “investimento”, “desempenho”, “produtivo” circunscrevem o programa mais no campo da economia do que no campo da educação.

Retomando a carta, ainda no final do texto, a autora faz um chamamento. Essa união de esforços é explicitada nas linhas 52, 53 e 54, por meio da estrutura injuntiva “vem com a gente... vem com a gente... vem com a gente” (D’ÁVILA, 2016, linha 52,53 e 54). Essa estrutura argumentativa contribui, por fim, para entendermos o projeto de dizer da autora, que parece não ter sido escrever uma carta descritiva, saudosa ou afetuosa. Trata-se, na verdade, de uma convocação para a mudança política (crítica ao projeto Criança Feliz, lançado pelo ex-presidente Michel Temer e coordenado pela ex-primeira dama Marcela Temer) e social (crítica ao “primeiro damismo”, papel de mulher decorativa). Essa visão diferente, que propõe a mudança, se ancora na construção de um *signo ser-evento-mulher* diferente, que prevê mais igualdade nas relações entre homens e mulheres, tanto nas trabalhistas quanto nas respectivas

⁵ A palavra capacitação é, frequentemente, utilizada para o treinamento de profissionais de uma área em um dado tópico, como no uso de novas tecnologias. No presente caso, entretanto, esse processo pedagógico não pode ser visto como um treinamento para operar uma máquina em uma empresa. Notamos que nenhuma formação superior é exigida, o que abre margem para a contratação de pessoas não devidamente qualificadas para a importante tarefa de auxiliar às famílias nos tópicos de ações de saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos.



atuações de ambos na construção da família. A carta é uma *resposta* ao programa governamental e, enquanto *enunciado*, também suscita outros *enunciados*, isto é, outras réplicas. Por exemplo, apesar do parágrafo final da carta, iniciado na linha 52, convocar à mudança Marcela, como *sujeito-mulher e sujeito-mãe*, trata-se de um chamamento muito maior, que alcança outras Marcelas, isto é, outras mulheres que se constituam a partir da posição 2 descrita pela autora Manuela. Esse alcance maior se realiza por dois motivos: 1) A *esfera de atividade* na qual o texto circula (mídias sociais/internet); e 2) Por marcar, no texto, que existem outras mulheres como a Marcela e como a própria Manuela (linhas 41, 42, 43 e 44).

A partir dos três *seres-eventos-mulheres* identificados na carta e da reflexão acerca do programa Criança Feliz, notamos, por fim, uma relação de poder desigual entre os três sujeitos, especialmente no tocante ao aspecto financeiro. Quem tem condições financeiras confortáveis, trabalhando ou não, parece ter mais condições de ficar perto do recém-nascido e prover todos os cuidados necessários. Aliás, o fator econômico é tão forte que permeia não só o discurso governamental analisado, como também a carta escrita pela ex-deputada, que reivindica a não “ampliação da jornada de trabalho” e se coloca contra “a PEC 241”. Em momento algum, a autora questiona sobre o funcionamento do programa no município ou a metodologia de escolha dos profissionais e do treinamento destes.

O fator econômico sobressai na discussão e nesse embate econômico e político, quem também deveria ter *voz* e participar dos debates fica restrita ao trabalho dentro e fora de casa e à procura por vaga em creche, já que a exaustão do trabalho dificulta o provimento dos cuidados necessários para a primeira infância.

Considerações finais

Destacamos que, por meio dos elementos linguísticos-discursivos, foi possível constatar a formação de três posições discursivas diferentes na carta aberta, bem como identificar *poderes* diferentes para cada posição, sendo que um poder condiciona e é condicionado pelo outro.

Analisamos, assim, como o processo de criação de um *signo ideológico* se concretiza nos dizeres da carta e do site do governo federal. Tais dizeres são constituídos por meio de práticas sociais, seja por meio da criação de um Programa Social, seja por meio da apresentação ou fala inaugural deste, seja por meio da carta aberta escrita em *resposta* aos dois.



Depreendemos a partir da análise que o *signo ideológico*, no caso a representação do próprio *ser-evento-mulher* enquanto *ser-evento* no mundo, perpassa os aspectos emotivo-volitivos dos *sujeitos* que estão *coexistindo* no mundo, ou seja, esse processo de construção *sígnica* está (inter)ligado com a ideologia que constitui o *ser-evento-mulher*, no qual certos aspectos podem ser ditos e outros não. Sendo dito ou não sendo dito, esses aspectos, que são as relações sociais de maneira geral, são *enunciados*, pois, como vimos brevemente na análise do processo de amamentação, a autora da carta *responde*, dentre outros temas, à ausência de um dizer sobre esse processo. Deste modo, parece-nos conclusivo o princípio de representação que *acontece* por meio do lugar uniorrente do sujeito mundo. Porém, apesar de constitutivo e inescapável, esse processo não é neutro e deve ser entendido enquanto um ato que (com)embate com outro(s) ato(s) na arena discursiva. Mais do que isso, esse embate se realiza inclusive pelo corpo, que enquanto objeto de produção *sígnica-ideológica*, torna-se uma forma de determinação do sujeito, constituindo *poderes* para certos sujeitos e não para outros, como vimos na análise. De maneira específica, constatamos por meio da análise dos dizeres, das relações constituídas entre os sujeitos e dos índices estatísticos que as relações entre o *ser-mulher* e sua prole, no Brasil, estão estabelecidas de maneira discrepante no que tange a possibilidade de cuidados e de acesso à informação acerca da primeira infância, visto que as mulheres são constituídas socialmente a realizarem certas tarefas, dentro e fora de casa. Isso significa que políticas públicas voltadas para o tratamento, de fato, dessa desigualdade social são veementemente necessárias, para que todos os *seres-mulheres* tenham as mesmas liberdades de *escolha*, como mostramos no **Quadro 1** da análise.

Além disso, a interdição do dizer, enquanto ferramenta de controle da ideologia que constitui o sujeito, é um processo e como tal é representado e respondido pelo sujeito que interage com esse dizer (não dito), no caso temos uma carta como resposta à uma fala inaugural de um programa governamental.

Por fim, concluímos que, na presente análise, identificamos e analisamos os *signos ideológicos ser-evento-mulher* materializados nos dizeres da carta aberta da ex-deputada federal, traçando uma correlação entre as informações apresentadas na carta, os dados oficiais do governo e as discussões acadêmicas acerca da representação do *ser-evento-mulher*.

Referências



BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo*. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2018.

_____. *Os gêneros do discurso*. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra São Paulo: Editora 34, 2016.

_____. *Para uma Filosofia do Ato*. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza de BAKHTIN, Mikhail. Toward a Philosophy of the Act. Austin: University of Texas Press, 1993.

BUBNOVA, Tatiana; *Voz, sentido e diálogo em Bakhtin*. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fernanda Tonelli. *Bakhtiniana: revista de estudos do discurso*, v. 6, n. 1, p. 268-280, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA – Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. *Criança Feliz*. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/perguntas-frequentes>. Acesso em: 20 jul. 2020

BUENO, Karina C.V.N. *A importância do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade para a promoção de saúde da mãe e do bebê*. 2013. Universidade Federal de Minas Gerais/NESCON. Campos gerais.

G1. *Caso Miguel: novas imagens mostram menino que caiu do 9º andar sendo socorrido em prédio e levado a hospital*. Publicado em 15 de junho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/15/caso-miguel-novas-imagens-mostram-menino-que-caiu-do-9o-andar-sendo-socorrido-em-predio-e-levado-a-hospital.ghtml>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro, 2018. (Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

NASCIMENTO, Maria Livia do. *Proteção à infância e à adolescência nas tramas da biopolítica*. In: RESENDE, Haroldo de (Org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 281-303.

OLIVEIRA, N.A.F.; ZANUTTO, F. *O gênero carta aberta: da interlocução marcada à interlocução esperada*. In: ANTONIO, J. D.; NAVARRO, P. (org.). *Gêneros textuais em contexto de vestibular*. Maringá: Eduem, 2017. p. 132-152.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

_____. *A construção da enunciação e outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João editores, 2013.



Anexo:

1 **Manuela D'Ávila**

2 7 de outubro de 2016 Facebook creator

3

4 Cara Marcela,

5 Quem me acompanha por aqui, ou na vida cotidiana, sabe o que eu penso sobre os
6 cuidados e estímulos na Primeira infância. Tanto que decidimos, Duca e eu, ficar esse primeiro
7 ano com Laura. Decidimos para tornar exclusiva a amamentação até o sexto mês, para prolongar
8 a amamentação por mais tempo (Laura ainda mama com 1a1m), para curtirmos nossa pequena.

9 Porém, isso só foi possível pois Duca é um artista que, normalmente, não trabalha
10 durante os dias em que eu trabalho. Isso só foi possível porque nós dois não temos jornadas
11 equivalentes de trabalho, não somos “CLT”, pois eu posso viajar para o interior com Laura.
12 Isso só foi possível porque nós somos dois, não sou sozinha nessa aventura. Isso só é possível
13 porque eu tive acesso a toda informação sobre a importância da amamentação e, também,
14 porque não ouvi de uma creche que era impossível armazenar leite materno ou que meu leite é
15 fraco.

16 Mas, escrevo apenas para dizer que sim, o programa Criança Feliz, coordenado por ti,
17 Marcela, pode ser importante.

18 PORÉM, são muitos os poréns.

19 Não vou falar sobre a volta do primeiro damismo, esse papel secundário, decorativo,
20 destinado a ti e a todas as mulheres nesse governo golpista.

21 Quero falar sobre maternidade, sobre não termos receitas, sobre criação com apego,
22 sobre violência obstétrica, sobre creches, educação infantil, horário de atendimento em postos
23 de saúde. Quero falar sobre licença maternidade de quatro meses e paternidade... bem, ser
24 apenas licença hospitalar!

25 A absoluta maioria das mulheres, Marcela, torce pra conseguir uma vaga em creche
26 quando o bebê tem 100 dias para fazer a adaptação nos últimos 20 da licença. Outras, passam
27 o dia angustiadas, pois deixam uma “vizinha” cuidando do bebê em ambientes não adequados.

28 A média desmama aos 56 dias (aliás, por que você não falou em amamentação? A
29 indústria não gosta?). Muitas mulheres são demitidas ao voltar. Ou pior: quando faltam o
30 trabalho para pegar a ficha no posto de saúde. E seu marido, Marcela, ainda quer congelar os
31 gastos em saúde e educação com a PEC 241. Imagina!!



32 Marcela, sei que muitas mulheres tornam-se empoderadas ao se depararem com a
33 realidade. Vi isso acontecer muitas vezes nessas quase duas décadas de militância. Veja as
34 crianças como se fossem o seu filho! Tu sabes que elas precisam, sim, de cuidados. E, para isso,
35 precisam também do Estado.

36 Esse Estado que seu marido quer “congelar”, destruir. Esses gastos públicos que ele
37 quer congelar são a creche de um bebê igual ao Michelzinho. São a consulta pediátrica de uma
38 bebê igual a Laura.

39 Sabe, Marcela, é muito bom cuidar da Laura. Muitas mulheres, como você, optam por
40 não trabalhar, eu as respeito. Outras, como eu, trabalham, estudam e cuidam dos filhos. Eu
41 respeito a todas as nossas escolhas.

42 Porém, precisamos saber que para a imensa maioria não há escolha. A volta ao mercado
43 de trabalho é uma imposição. E eu preciso te alertar: crianças não são felizes sozinhas. Crianças
44 são cuidadas. Esses cuidados passam por mães e pais que não podem trabalhar doze horas por
45 dia! Que não podem ter seus direitos submetidos a negociação em plena crise! Essas crianças
46 serão felizes com educação e saúde públicas de qualidade. Se a crise aumenta, mais esses pais
47 trabalham, se não há direitos trabalhistas, mais frágeis ainda são essas mães no mercado de
48 trabalho, se hoje achamos ruim quatro meses de licença, podemos seguir o caminho dos EUA
49 que, simplesmente, não a concedem.

50 Marcela, vem com a gente lutar pela felicidade de nossas crianças. Vem com gente lutar
51 contra a ampliação da jornada de trabalho, contra a PEC 241. Vem com a gente lutar por uma
52 sociedade em que mulheres e homens possam cuidar mais de seus filhos.

53 *Manuela D'Ávila*